

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carolina Alves Gomes

Universidade do Estado da Bahia

Jéssica Silva Cardoso

Universidade do Estado da Bahia

Aline Oliveira Ramos

Universidade do Estado da Bahia

Tatyanne Gomes Marques

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente estudo objetiva analisar como o espaço da Educação Infantil corrobora na construção da identidade étnico-racial das crianças negras. Partimos do pressuposto de que a identidade é construída na convivência com o/a outro/a, por meio do olhar, do afeto, da voz, dos gestos, das trocas, das imagens, discursos, práticas disciplinares e pedagógicas e, obviamente, dos conteúdos ensinados. A partir dessa relação, as crianças vão tomando consciência do seu corpo e construindo sua autoimagem. A Educação Infantil é um dos principais espaços de convivência das crianças de até cinco anos e uma fase fundamental para a construção de suas identidades. Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica. Foi feito um levantamento no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES em busca de produções que tratam da temática. Para isso, utilizamos como descritores: identidade étnico-racial; educação infantil; crianças negras e identidade racial na educação infantil. Identificamos poucas pesquisas sobre este tema. Concluímos que a construção da identidade começa desde a tenra idade e as questões da diversidade étnico-raciais precisam ser discutidas e trabalhadas cotidianamente. As instituições devem descentralizar os currículos eurocêntricos e construir atividades que ajudem na formação da identidade negra.

Palavras-chave: Crianças negras. Educação Infantil. Identidade étnico-racial.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar como o espaço da Educação Infantil corrobora na construção da identidade étnico-racial das crianças negras. Partimos do pressuposto de que a identidade é construída na convivência com o/a outro/a, por meio do olhar, do afeto, da voz, dos gestos, das trocas, das imagens, discursos, práticas disciplinares e pedagógicas e, obviamente, dos conteúdos ensinados. A partir dessa relação, as crianças vão tomando consciência do seu corpo e construindo sua autoimagem. Visto que, a Educação Infantil é um dos principais espaços de convivência das crianças de até cinco anos e uma fase fundamental para a construção de suas identidades, é que focalizamos esta etapa da Educação Básica.

De acordo o documento “Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial” (2012), dentro da Educação Infantil há uma crença que não existem práticas discriminatórias, o que de fato é um equívoco. Os estudos de Gomes, 2019; Marques e Meirelles, 2019; Oliveira e Abramowicz, 2013; Amaral, 2013; Mendes, 2016; Souza, 2016; Augusto, 2017 tratam das relações raciais na infância e apontam que há muitas situações de discriminação que envolvem crianças, professores/as, e famílias. Os estudos também apontam que as crianças negras vivenciam situações desagradáveis em relação às suas características físicas, enquanto as crianças brancas são valorizadas pelo seu fenótipo. E uma das possibilidades de mudança é repensar as práticas pedagógicas na Educação Infantil. (BRASIL, 2012).

Assim, por considerar que a Educação Infantil é uma etapa da educação que possibilita mudanças na construção da identidade negra, é que realizamos esta pesquisa. Este estudo consiste em uma revisão de literatura, uma vez que, foi feito um levantamento no banco de dados Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, em busca de produções que tratam da temática em questão. Para isso, utilizamos como descritores: identidade étnico-racial; educação infantil; crianças negras e identidade racial na educação infantil.

Os dois objetivos específicos definidos previamente para esta proposta foram: Fazer o levantamento de alguns trabalhos acadêmicos relativos à proposta de estudo; Examinar as principais sistematizações que esses trabalhos apresentam como possibilidade de ampliação e debate da identidade étnico-racial na educação infantil. Este estudo está estruturado em cinco tópicos. O primeiro aponta o que os trabalhos analisados revelam sobre identidade racial na infância; o segundo destaca as principais proposições apresentadas nestes trabalhos; o terceiro conceitua Identidade e Identidade Negra; o quarto apresenta alguns marcos legais e suas implicações a respeito da diversidade étnico- racial na Educação Infantil; e o último, discorre sobre as mudanças nas práticas pedagógicas que podem dar centralidade às atividades que contribuem na construção dessa identidade negra.

2 O QUE REVELAM ALGUNS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE RACIAL NA INFÂNCIA?

O levantamento foi feito no banco de dados Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES e no Google

Acadêmico. Assim, foram selecionadas (02) teses; (03) artigos; (02) dissertações, para análise.

Foram realizadas leituras minuciosas dos seguimentos das teses e dissertações: resumo, introdução e conclusão. Já os artigos foram lidos integralmente. Os trabalhos selecionados foram produzidos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, o que nos possibilita uma visão panorâmica dos estudos relativos à temática étnico-racial na educação infantil no contexto nacional. Todos os trabalhos selecionados foram produzidos por mulheres, um recorte de gênero que informa de modo subjetivo questões relacionadas à presença feminina na educação. Ou seja, os dados apontam que a Educação Infantil e o tratamento da temática racial ainda se restringem às mulheres. Isto evidencia papéis sociais marcados pelo recorte de gênero, tanto no fazer a Educação Infantil quanto na pesquisa sobre essa etapa da educação.

Os temas das teses identificadas são: 1. Infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil e; 2. Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. Os temas das dissertações são: 1. A identidade racial a partir de um grupo de crianças da Educação infantil na rede municipal do Recife e; 2. Infância e relações étnico-raciais: experiências com crianças da Educação Infantil de uma escola pública do município de Juiz de Fora, MG. Os temas dos artigos são: 1. Raça e educação infantil: à procura de justiça; 2. O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil e; 3. Infância, raça e “paparicação”.

O artigo intitulado: “Raça e educação infantil: à procura de justiça”, de autoria de Nilma Gomes (2019), publicado pela revista e-Curriculum, analisa o lugar ocupado pela temática raça, infância e Educação Infantil na produção teórica educacional, com ênfase nos estudos do campo da Educação Infantil e do currículo. As análises sobre raça, infância e Educação Infantil indagam e denunciam não somente as relações de poder e as desigualdades, mas também a existência e os impactos do racismo que afetam de forma contundente a vida e a dignidade das crianças pequenas negras e suas famílias.

Gomes (2019) apresenta o termo raça “como um conceito relacional”. Segundo Gomes (2019, p. 1017), “problemas que pensávamos ter superado ao longo de anos de implementação de políticas sociais no período de 2003 a 2016, com o foco na pobreza, nos direitos humanos, na igualdade racial e de gênero voltaram com força”. Desse modo, é necessário ainda mais empenho na luta por “uma educação que reconheça a diversidade e

realize a ação pedagógica alicerçada na justiça social e na democracia”. Diante de tantas infâncias no contexto educacional, a infância negra requer uma atenção minuciosa, pois, segundo Gomes (2019, p. 1022), “Compreender a criança negra como sujeito de conhecimento e de direitos e colocar a relação entre infância e questão racial como um dos eixos centrais de um currículo emancipatório”. E, para isso, a diversidade racial deve ser tomada em sua dimensão positiva.

No que tange aos estudos sobre crianças negras na educação, Gomes (2019, p. 1023) aponta que existe “escassa produção teórica educacional sobre crianças negras”. A autora aborda ainda que muitas mulheres negras criam os filhos com a ausência do pai, com isso “constroem práticas educativas cotidianas com as crianças negras, muitas vezes de forma solitária”. Um caminho possível apresentado por Gomes (2019, p. 1039) é “a busca e o mapeamento das práticas emancipatórias existentes nas instituições de Educação Infantil que realizam o fazer pedagógico pautado no reconhecimento dos saberes das crianças negras, no enfrentamento dos casos de racismo”. Vale ressaltar que não cabe à educação infantil negar a existência de racismo, visto que “a infância não é neutra” de acordo com Gomes (2019, p. 1040).

O artigo intitulado: “O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil”, de autoria de Marques e Meirelles (2019), e publicado pela revista Portuguesa de Educação, tem como objetivo proposto investigar o modo como às culturas africanas são apresentadas às crianças de 0-3 anos no sentido de implantar o Art. 7º, inciso V, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Para Marques e Dornelles (2019), a Lei n.º 10.639/2003 modificou a Lei n.º 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Segundo Marques e Dornelles (2019, p. 93) “embora a Educação Infantil seja legalmente reconhecida como primeira etapa da educação, a referida modificação na LDBEN não se estendeu às crianças de 0-5 anos”.

O resultado do estudo aponta que a maioria dos profissionais desconhece as DCNEI. Estes afirmaram que não ocorrem problemas raciais na Educação Infantil e justificaram que as crianças de 0-3 anos são pequenas e não percebem tais diferenças. Há uma naturalização do mito da democracia racial na educação infantil. Segundo Marques e Dornelles (2019, p. 103), o mito da ausência de preconceito racial continua presente nas escolas de Educação Infantil no Brasil.

Por fim, o artigo, intitulado: Infância, raça e “paparicação”, de autoria de Oliveira e Abramowicz (2013), publicado na revista Educação e Revista, tem como objetivo analisar as práticas educativas que ocorrem na creche, verificando as maneiras como essas práticas produzem e revelam a questão racial. Este é resultado de uma pesquisa desenvolvida numa instituição de educação infantil durante um semestre letivo, com visitas diárias. A coleta de dados foi realizada utilizando os seguintes recursos: observação, realização de um diário de campo e entrevistas com as profissionais da creche.

Oliveira e Abramowicz (2013, p.213) revelam que “crianças aos 4 anos de idade já passaram por processos de subjetivação que as levaram a concepções já tão arraigadas no nosso imaginário e na realidade social sobre o branco e o negro”. O estudo aponta ainda que “A questão racial apareceu nas práticas pedagógicas ocorridas na creche em situações que demonstravam determinado “carinho”, que optamos por chamar de “paparicação”, por parte das professoras em relação a determinadas crianças, estando às negras, na maior parte do tempo, “fora” ou excluídas” (2013, p. 217). O termo “paparicação” pode ser definido como o surgimento de um novo sentimento da infância em que “a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 1981, p. 158 apud OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2013, p. 217).

Nesse sentido, a partir do resultado do estudo, as autoras afirmam que “Na educação infantil, o racismo aparece nas relações afetivas e corporais entre adultos e crianças e nas brincadeiras espontâneas destas, já que sabemos que o jogo é uma prática fundamental nessa faixa etária” (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2013, p.222). Por outro lado, o estudo revelou a positividade das crianças, que, de alguma forma, eram “excluídas” do “carinho” das professoras. Essas crianças poderiam ficar livres de determinadas práticas educativas baseadas numa relação entre professora/criança na qual a “paparicação” era o eixo central.

No que se refere às teses, citamos o estudo intitulado: A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil. A citada pesquisa resulta do doutorado de Arleandra Amaral (2013), no programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. O objetivo foi analisar em que medida a implementação de políticas públicas educacionais, baseadas no artigo 26A da LDB, se manifesta no cotidiano de um Centro Municipal de Educação Infantil em Curitiba - CMEI e interfere nos processos de construção da identidade étnico-racial de crianças negras e brancas que frequentam a

instituição educativa. A pesquisa foi de cunho etnográfico e teve como instrumento principal a observação participante e questionário para os docentes

Amaral (2013) defende em seu texto que “a noção de identidade é socialmente construída”. A pesquisadora situa as diferenças semânticas e conceituais, entre infância e criança, a partir dos estudos de Sarmiento (2005) “ a infância é independente das crianças; estas são os actores sociais concretos que em cada momento integram a categoria geracional; [...] a ser “preenchida” e “esvaziada” dos seus elementos constitutivos concretos (SARMENTO, 2005b, p.4 apud AMARAL, 2013, p.22). que integra essa categoria geracional e que, para além da pertença a um grupo etário próprio, é sempre um ator social que pertence a uma classe social, a um gênero, a uma etnia.

Como resultado da pesquisa, destaca-se que os posicionamentos das crianças quanto às relações étnico-raciais, bem como suas vivências cotidianas no CMEI, indicaram que: a organização dos espaços e ambientes é ainda muito pautada em um ideário que valoriza a “branquidade normativa”; existe uma predileção, por parte de adultos e crianças, pelo padrão que interpreto com o conceito de “estética ariana”; as crianças negras expressam desconforto em relação ao seu pertencimento étnico-racial, principalmente quanto ao tom da pele e a estrutura dos cabelos; já as crianças brancas se mostram assertivas e com condutas de demonstração de segurança, autoconfiança, iniciativa e predisposição a contatos mais frequentes com adultos não familiares.

O estudo intitulado: Crianças negras em escolas de “alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil é uma tese defendida por Edmacy Souza (2016), no programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Este estudo objetivou analisar como a criança, na condição de sujeito produzido culturalmente, experiencia as diferenças étnico-raciais no contexto da educação infantil. Ao mesmo tempo, buscou investigar como tais diferenças se constituem na organização dos espaços educativos e nas práticas discursivas e não discursivas produzidas pelas crianças e pelas professoras, possibilitando compreender como chegamos a ser aquilo que somos em relação à raça e à cor.

Souza (2016, p.218) ressalta a existência do racismo na sociedade e “em nossas escolas, como o que vimos no decorrer da pesquisa, onde as escolas produzem um discurso da igualdade, de valorização, mas desprezam a representação da pessoa negra”, um exemplo é decoração, das creches e pré-escolas prevalecem os personagens brancos “a escola, ao

assumir uma decoração majoritariamente com personagens brancos em um contexto social de pessoas negras, está negando a negritude das crianças e de seus/suas profissionais” (SOUZA, 2016, p.218) pessoas que inclusive vivenciam aquele espaço. A base das análises que a pesquisadora utilizou foi “veiculados, em linguagem não verbal, nos painéis, cartazes, murais e outros suportes que ornamentam os espaços infantis; e os discursos produzidos pelas crianças e professoras” (SOUZA, 2016, p.219) além de outros apresentados por ela na tese.

No percurso conclusivo da tese de Souza (2016), alguns pontos nos ajudam a compreender a complexidade do processo da construção da identidade da criança negra, neste primeiro contato com a educação formal. O processo de torna-se negro segundo Souza (2016, p. 219) é “engendrada pelos discursos do branqueamento”, pois “há uma institucionalização do branqueamento nos espaços educativos” que inviabiliza a criança negra conviver harmonicamente consigo mesma, considerando que desde cedo deparam com o apagamento de referências positivas do povo negro. Assim segundo Souza (2016, p. 224) “a subjetivação se dá pela ordem normativa, racista e preconceituosa, [...] ao adestrar corpo e mente da criança para a cultura do branqueamento”, um dos fatores que levam as crianças negras a sentirem-se em desconforto com sua raça, cor.

O estudo intitulado: “A identidade racial a partir de um grupo de crianças da Educação infantil na rede municipal do Recife” é uma dissertação defendida por Marília Mendes (2016), no Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco. O objetivo foi investigar como crianças de cinco a seis anos de instituições de educação infantil da prefeitura da cidade de Recife (PE) fazem sua identificação étnico-racial, de modo a contribuir para a formação da sua identidade. Tomou como suportes de investigação os desenhos infantis, as notas de campo, a videografia e a análise microgenética.

Mendes (2016, p.14) revela na pesquisa que percebeu “manifestações do racismo” no dia a dia da creche, na fala das próprias crianças que “negavam sua identidade negra e reafirmavam a ideia de morenidade”. Um exemplo é de “uma menina negra de quatro anos que deixou claro que tinha o desejo de ser branca”, são esses alguns dos motivos que levou a pesquisadora ao objeto dessa dissertação. A criança foi tomada como “ator social” capaz de dizer por si e ser ouvido como sujeito. O desenho, a contação de histórias e outros elementos lúdicos foram instrumentos imprescindíveis no estímulo para expressão do pensamento das crianças sobre sua identidade racial.

Nos resultados construídos da pesquisa de Mendes (2016, p.138), “As crianças realizavam a sua identificação racial e a do outro por meio das características fenotípicas individuais” e identificam racialmente os colegas como branco, negro e moreno, algumas dessas categorias são usadas na classificação do Instituto de Geografia e Estatística- IBGE. Outro aspecto é que a identificação racial negra de algumas crianças apresentado por Mendes (2016, p.138) é “[...], permeada por valores negativos, como angústia, agressividade e constrangimento” e, neste sentido, o racismo apresenta-se como um fenômeno que produz na subjetividade de alguns sujeitos negros uma sensação de inferioridade e de vislumbre do branco como superior. Muitas crianças ficaram em silêncio diante das problematizações sobre a cor. Mendes (2016) afirma que há muito a ser feito, mas que alguns passos importantes já estão sendo dados.

O estudo intitulado: Infância e relações étnico-raciais: experiências com crianças da Educação Infantil de uma escola pública do município de Juiz de Fora, MG é uma dissertação defendida por Aline Augusto (2017), no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objetivo foi fazer uma investigação sobre o modo como as relações étnico raciais se dão entre crianças da educação infantil, estudo realizado em uma escola pública da rede municipal e de funcionamento de Tempo Integral. Os instrumentos utilizados nesta investigação se deram a partir da escuta das falas das crianças, em observação participante de sua rotina.

Augusto (2017) situa o contexto legal da Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que prevê em seu art. 29º que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, [...]”. Sobre os sujeitos participantes da pesquisa, foram 21 crianças com idades de 4 anos. De acordo com a autodeclaração dos pais no momento da matrícula, 17 crianças foram declaradas pretas ou pardas e 4 foram declaradas brancas.

O percurso conclusivo desta dissertação aponta que “por conta do processo histórico da escravização e da estrutura desigual da sociedade brasileira, por muito tempo não foi considerado sujeito e suas contribuições culturais não puderam aparecer nos debates acerca da identidade e dos saberes da sociedade brasileira e isso se reflete na escola de educação infantil em forma de preconceito e discriminação” (AUGUSTO, 2017, p. 19). Desse modo, é necessário compreender que não pode haver educação sem relações de alteridade, por isso

deve ser assegurado que estas não são imposição de domínio ou indiferença, mas respeito e reconhecimento do outro.

2.1 PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NOS TRABALHOS ANALISADOS

1º. Urge, no processo de formação e desconstrução do imaginário, contemplar a diversidade humana. 2º. A cor da pele escura precisa ser positivada e as escolas precisam repensar sua decoração brancocêntrica em uma sociedade de maioria negra. 3º. O silêncio sobre o fenótipo dos sujeitos negros e não negros deve ser categoria de inclusão na formação das crianças. 4º. É preciso ouvir às crianças sobre o que sabem e pensam sobre si mesmas, inclusive sobre os corpos negros. 5º. A linguagem não verbal colabora para imposição de um padrão de beleza branco. 6º. Não se pode negar a existência do racismo na educação infantil, visto que as instituições educacionais estão inseridas numa sociedade que tem estrutura racista.

Relembramos que este estudo propõe saber: como o espaço da Educação Infantil corrobora na construção da identidade étnico- racial das crianças negras. Nesse sentido, o panorama feito, a partir dos trabalhos apresentados acima, nos ajuda a demarcar alguns pontos: a) é imperativo nas instituições de educação infantil o padrão estético da branquitude. Este padrão é, pois, uma norma, visto que em todos os trabalhos, produzidos em regiões diferentes do Brasil, este é um dado que sobressai; b) O cabelo da criança negra é visto como fora dos padrões, já na educação infantil; c) As crianças não negras demonstram mais autoconfiança.

2.2 O CONCEITO DE IDENTIDADE E IDENTIDADE NEGRA

A identidade não é construída no processo de isolamento, mas sim na interação com a sociedade, ou seja, as pessoas agrupam-se a partir de elementos em comum e que identificam com seus grupos. Desta forma, o conceito de identidade é um conjunto de particularidades individuais de uma pessoa, mas também uma diversidade constituída a partir das relações sociais. Nilma Lino Gomes traz a seguinte definição para identidade

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares, tradições populares e referenciais civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES,2005, p.41).

A definição de identidade é ampla, apresenta várias versões de caráter psicológico, filosófico antropológico ou sociológico que dizem respeito à forma como o indivíduo interage com outras pessoas e, aos papéis que uma pessoa se atribuiu e adotou para se inserir na sociedade. Nossa identidade também é construída a partir dos padrões de relações e comportamentos da nossa família e do ambiente cultural que nos envolve, pois eles não funcionam apenas como referências imitativas, mas como modelos de comportamentos a serem adotados e repetidos.

A definição de cada pessoa é construída a partir de imagens. Por exemplo, como determinada pessoa aparenta ser, com quem ou com o que se parece, que papéis ela exerce em diferentes contextos, como se comporta nos ambientes em que circula, o que ela fala e o que as demais pessoas falam dela. Tudo isso expressa algo sobre as pessoas e também sobre aqueles/as que interagem com ela.

Para Silva (2012), nós não podemos falar sobre identidade sem falarmos sobre as diferenças, visto que as relações que são estabelecidas entre o eu e o outro são conflituosas, pois existe o preconceito que faz com que os modelos estabelecidos na sociedade sejam homens brancos, heterossexuais e ocidentais. No entanto, é necessário reconhecermos que somos diferentes e que cada um tem sua cultura e costumes. Cada indivíduo inserido na sociedade possui seus traços quando se trata de identidade, por ter vindo de um contexto e características únicas.

Ao falarmos sobre identidade negra não evidenciamos nada de muito distinto no que se refere ao conceito. A grande diferença está na forma como ela é aplicada e vista na sociedade. Além disso, o racismo trouxe para a população negra uma invisibilidade, que contribui para o desenvolvimento de um sentimento de inferioridade e a não aceitação da sua cor, o que influencia diretamente na formação da identidade dessas pessoas. Segundo Gomes(2002), a identidade negra é definida

[...] como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela nossa identidade. (GOMES,2002, p.3).

A identidade negra tem a ver com a história de negação humana e cultural que marca as diferenças sociais e raciais na sociedade brasileira. Não é apenas por sofrer discriminação

que se constrói essa identidade, como também não é pelo tipo de cabelo ou cor, e sim, se perceber, encontrar e reconhecer a si mesmo (a) em vários aspectos.

2.3 MARCOS LEGAIS E SUAS IMPLICAÇÕES A RESPEITO DA DIVERSIDADE ÉTNICO- RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Federal de 1988 é um grande marco para o sistema educacional, pois estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado. No que refere à Educação Infantil, esta passa a ser garantida em creches e pré-escolas, às crianças até (cinco) anos de idade.

Outro documento de extrema importância para avançarmos na concepção de infância e direito das crianças é o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990. O ECA dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente. No Art. 3º, estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...) (BRASIL, 1990, p.10).

A Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996) é vista como um grande marco para a educação, porque traz no Art. 29º que a “educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996, p.22).

Essas leis citadas acima foram um alicerce para se pensarem as orientações e conquistas posteriores como, por exemplo, para pensar a educação das relações étnico-raciais. A Lei 10.639/03 altera a LDBEN e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira no Ensino fundamental e médio, e apesar de não mencionar a Educação infantil, as orientações curriculares mais recentes já começaram a abordar essas questões.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) é um documento que trata das especificidades da Educação Infantil, como os currículos e as propostas pedagógicas. Esse documento conceitua a criança como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos”. (BRASIL, 2010, p.12). E, no que tange à diversidade étnico-racial, as DCNEI destacam que a proposta pedagógica precisa assegurar;

A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América(...) O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação (BRASIL,2010, p. 20-21).

E por último a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, afirma que na etapa da Educação Infantil os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são: Conviver; brincar; participar; explorar, expressar e conhecer-se. Em relação ao último direito, ressalta:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL,2017, p.38).

A organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências que se interligam. Partimos do pressuposto que todos esses campos são de extrema importância para o desenvolvimento integral dos bebês e crianças, mas o primeiro campo de experiência O eu, o outro e o nós evidencia que a interação das crianças entre elas e com os adultos vai constituindo os seus modos de agir, sentir e pensar. Por meio dessas experiências as crianças constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro. E o espaço da Educação Infantil precisa criar oportunidades para as crianças criarem contatos com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, costumes, celebrações e narrativas. Essas experiências contribuem para o modo de perceber a si mesmas e o outro, valorizar a identidade, e o respeito às diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL,2017).

Ao analisar as DCNEI e a BNCC percebe-se que trazem pontos sobre a diversidade étnico-racial, de uma forma superficializada, mas que já é um começo para ressignificar as práticas pedagógicas e os currículos de modo que representem todas as crianças.

2.4 REPRESENTATIVIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR: RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EI

Uma das possibilidades de construir uma identidade positiva nas crianças negras é repensar o currículo e as práticas pedagógicas. Assim, cabe questionar de que forma as crianças negras se sentem representadas dentro do ambiente escolar? Quais as imagens estão expostas nas salas de aula e no pátio? Elas de fato representam todas as crianças? A partir

dessas indagações é necessário repensar as atividades que possam ajudar na construção da identidade negra.

Os ambientes de aprendizagem na Educação Infantil devem promover experiências que possibilitem que as crianças despertem seu potencial e curiosidades, em como contribuir na construção de uma autoimagem positiva nas crianças negras. De acordo o documento Educação Infantil e práticas promotoras de Igualdade racial (2012), a instituição de Educação Infantil deve trabalhar em uma perspectiva que não reproduza uma visão de criança homogênea infantilizada e branca, ou seja, a instituição precisa representar quem está de fato dentro dela.

Assim, a escolha das imagens que povoam a unidade educativa devem incluir a questão racial. Belas imagens de negros em posição de prestígio, motivos da arte africana, reproduções de obras de artistas negros, fotos das crianças e de suas famílias, e nos espaços mais destacados, os desenhos e as produções das crianças etc. são exemplos que podem fazer parte do acervo das instituições de Educação Infantil. (BRASIL,2012, p.20).

O documento intitulado “Educação Infantil e práticas promotoras de Igualdade racial” também traz a necessidade de fazer escolhas de brinquedos e livros que representem as crianças negras, uma vez que, “ter em mãos bonecas e bonecos negros, instrumentos musicais usados nas manifestações afro-brasileiras e livros que contemplem personagens negros representados de modo positivo é fundamental para o desenvolvimento de uma educação para a igualdade racial”. (BRASIL,2012, p.22).

Segundo Barbosa (2018), é necessário compreender que o ato de proporcionar a uma criança negra o acesso a um boneco (a) que reproduzem suas características físicas vai além de ofertar somente um mero brinquedo. Quando as escolas possibilitam que as crianças tenham acesso a bonecos e bonecas negras, faz com elas aumentem a sua autoestima. De acordo a autora “a partir da conexão afetiva que a criança desenvolve com o brinquedo, é encorajado o olhar de reconhecimento da sua própria identidade e, a partir daí ela não só aprende a se aceitar negra, mas também a se sentir-se bem sendo negra” (BARBOSA, 2018, p.88).

Deste modo, as instituições devem fazer com que as crianças se sintam representadas através de atividades desenvolvidas como brinquedos e brincadeiras, ou até mesmo nas histórias contadas, para que elas possam reconhecer e se perceber nessas atividades/artefatos.

No momento da escolha dos materiais, é necessário que a escola atente-se às seguintes questões:

Há pessoas negras que ocupam diversas posições sociais e profissionais, como médicos, professores, empresários etc.; As crianças negras encontram-se em posição de destaque de um modo positivo; A imagem de pessoas negras é apresentada de modo positivo e não pejorativo; A população negra é apresentada como protagonista importante de fatos históricos e não apenas como escrava. (BRASIL,2012, p.23).

Os livros literários também devem ser pensados e escolhidos com cuidado, pois algumas histórias infantis apresentam “discriminação racial”, já que têm em sua coletânea apenas personagens brancos (as). Reconhecemos que nos últimos anos, aumentaram-se de forma significativa as literaturas com a criação de personagens negros (as). Como exemplos, citamos: Menina bonita do laço de fita (Ana Maria Machado); Amoras (Emicida); Jeremias:pele (Maurício de Sousa), entre outros. De acordo o pensamento de Queiroz et.al(2008),

O silêncio pedagógico que muitas vezes a criança negra sofre no contexto escolar como, por exemplo, a exclusão da história de luta dos negros, a ascensão do ideal da cultura branca, torna difícil para que essa criança negra se reconhecer em qualquer modelo que a escola apresente, o eu pode gerar sensação de exclusão (QUEIROZ,2008, p.5).

Outro fator que geralmente favorece o racismo, é quando os/as docentes pedem para que as crianças pintem a pele dos desenhos/personagens, com lápis de cor rosa ou bege que é denominado como “cor de pele”. É necessário, usar esse momento para discutir com as crianças sobre os tons de pele que existem e problematizar/mostrar a diversidade cultural existente. Desta forma, a escola é o meio propício para diminuição do preconceito e prevenção do racismo, o que deve ocorrer desde a EI. A instituição deve se preparar para acolher as diversidades e respeitar as diferenças.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a construção da identidade começa desde a tenra idade e a Educação Infantil, como espaço educativo formal, deve promover interações entre crianças e crianças e crianças e adultos das mais diversas cores/raças e culturas. A partir dessas interações sociais, elas vão formando a sua identidade. Assim sendo, é necessário que desde a primeira etapa da Educação Básica os/as professores/as incluam em suas práticas pedagógicas o que está posto na lei 10.639/2003, para que as crianças negras criem uma autoimagem positiva, que visem ao combate ao racismo e à discriminação.

As questões sobre diversidade étnico- raciais precisam ser discutidas e trabalhadas cotidianamente, e não reduzidas a datas comemorativas. As instituições devem descentralizar os currículos eurocêntricos e construir atividades que ajudem na formação da identidade negra, como brincadeiras e brinquedos, literatura infantil e imagens que colaborem nessa construção. Também é de extrema importância que os /as professores/as estejam dispostos a mudar suas práticas pedagógicas para que as crianças cresçam e saibam respeitar as diferenças de cor, raça e etnia, e que essas diferenças não sejam colocadas em um lugar de inferioridade ou superioridade, mas sim de respeito.

É necessário questionar a prevalência da cultura do branqueamento que impera nas instituições escolares, encarar o racismo presente nas imagens que circulam no ambiente e nas práticas educacionais. É também urgente compreender que “não cabe à Educação Infantil e aos seus currículos negarem a existência do racismo” como afirma Gomes (2019, p.1040). A diferença deve desde cedo ser tomada como um “constituente” dos processos educativos. Faz-se necessário atentar-se para as práticas positivas de resistências forjadas pelas crianças desde a educação e infantil e aprofundar os estudos relativos a esse fenômeno, pois a identidade vai se constituindo no processo de conflito e emancipação das relações humanas.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. **A infância pequena e a construção da identidade étnico:** potenciais e limitações sob o olhar do professor. Tese (Doutorado em Educação) -Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná– Curitiba, 2013.

AUGUSTO, Aline de Assis. **Infância e relações étnico-raciais:** experiências com crianças da Educação Infantil de uma escola pública do município de Juiz de Fora, MG. Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

BARBOSA, Jéssica de Sousa. **A identidade da criança negra na educação infantil:** representações a partir dos brinquedos e brincadeiras. Dissertação (mestrado em Profissional em Formação de Professores) -Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa. Campina Grande, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF:SenadoFederal;1988.Disponívelem>https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 17 dez 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de Julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal; 1990. Disponível em >https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf . Acesso em: 17 dez 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em> <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 17 dez 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em> <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 17 dez 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: Ministério da Educação. 2017. Disponível em>http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 dez 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Raça e educação infantil**: à procura de justiça. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.17, n.3, p. 1015-1044 jul./set. 2019 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 25 jan 2021.

_____, Nilma Lino. **Educação e Identidade negra**. Belo horizonte. Universidade Federal de Minas, 2002.

_____, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: Educação antirracista :caminhos abertos pela lei federal n 10.639/03. Brasília: ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MARQUES, C. M., & DORNELLES, L. V. (2019). **O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil**. Revista Portuguesa De Educação, 32(1), 91–107.

MENDES, Marília Silva. **A identidade racial a partir de um grupo de crianças da educação infantil na rede municipal do Recife**. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) -Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Departamento de Educação da UFRPE, Recife, 2016.

OLIVEIRA Fabiana de. ABRAMOWICZ Anete. **Infância, raça e “paparicação”**. Educação em Revista. Belo Horizonte| v.26 | n.02 | p.209-226 | ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000200010> Acesso em: 25 jan 2021.

QUEIROZ, Hellen Araújo. ALVARENGA, Jady Beatriz Siqueira. MORAES, Marciano Filho. FIDELIS Ariana. ARAUJO, Leila Mendes. ARAUJO, Leila Mendes. **O reconhecimento da identidade racial na educação infantil**. Rev.Cient. Sena Aires. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10 ed. Petrópolis-RJ. Vozes 2011.

SILVA, Hédio Jr. BENTO, Maria Aparecida Silva. CARVALHO, Silva Pereira de. **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial**- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT: Instituto Avisa lá- Formação Continuada de Educadores 2012. Disponível em > https://www.avisala.org.br/wp-content/uploads/2015/06/revistadeeducacaoinfantil_2012.pdf. Acesso em: 17 dez 2020.

SOUZA, Edmacy Quirina de. **Crianças negras em escolas de “alma branca”**: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. Tese(Doutorado)- Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, São Paulo, 2016.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Carolina Alves Gomes

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. E-mail: carolalves.matina@gmail.com

Jéssica Silva Cardoso

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB. E-mail: jesscandiba@gmail.com

Aline Oliveira Ramos

Mestra em Educação pela Universidade do Sudoeste da Bahia-UESB; Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG; Professora Substituta no Departamento de Educação- DEDC XII/UNEB – Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB). E-mail: llineramos@hotmail.com

Tatyanne Gomes Marques

Doutorado em Educação (concluído) pela Faculdade de Educação da UFMG; Professora no Departamento de Educação – DEDC XII/UNEB; Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB; Pesquisadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/UNEB). E-mail: tmarques@uneb.br